

Tradição e marginalização no campo literário brasileiro: notas para uma discussão

Tradition and marginalization in the Brazilian literary field: notes for a discussion

Ricardo José dos Santos Neto

UFMG

Resumo: Desde a consolidação do conceito contemporâneo de literatura, entre os séculos XVIII e XIX, a produção literária foi organizada segundo parâmetros que privilegiavam obras associadas a uma tradição eurocentrada. O campo literário brasileiro, historicamente estruturado por normas e critérios atravessados por marcadores sociais como classe, raça e gênero, apoia-se nesses mesmos parâmetros para manter um espaço de controle simbólico que reproduz, em grande medida, as próprias bases de exclusão da sociedade brasileira. Este artigo tem como objetivo analisar alguns aspectos do campo literário brasileiro que o revelam como espaço constitutivo de tensões, evidenciando os mecanismos de seleção e legitimação que nele operam. Trata-se de pesquisa de abordagem teórico-interpretativa, que recorre a fundamentações teórico-literárias voltadas à problematização das diretrizes que definem o que é ou não considerado literatura. A partir desse referencial, busca-se evidenciar os conflitos e as formas pelas quais essas tensões se manifestam no campo literário brasileiro.

Palavras-chave: Campo literário brasileiro; exclusão simbólica; crítica literária; marginalização.

Abstract: Since the consolidation of the contemporary concept of literature between the 18th and 19th centuries, literary production has been organized according to parameters that privilege works associated with a Eurocentric tradition. The Brazilian literary field—historically structured by norms and criteria shaped by social markers such as class, race, and gender—relies on these same parameters to maintain a space of symbolic control that largely reproduces the very foundations of exclusion found in Brazilian society. This article aims to analyze aspects of the Brazilian literary field that reveal it as a space defined by tensions, highlighting the mechanisms of selection and legitimation at work within it. The study employs a theoretical-interpretative approach, drawing on literary-theoretical frameworks to problematize the guidelines that define what is—or is not—considered literature. Based on this framework, the article seeks to highlight the conflicts and the ways in which these tensions manifest within the Brazilian literary field.

Keywords: Brazilian literary field; symbolic exclusion; literary criticism; marginalization.

Submetido em 30 de dezembro de 2025.

Aprovado em 21 de julho 2026.

Introdução

O presente artigo investiga de que modo o campo literário brasileiro se constitui como um espaço de disputas simbólicas, colocando em discussão os mecanismos de legitimação e

marginalização que definem o que é reconhecido como literatura. Trata-se de uma pesquisa de natureza bibliográfica-ensaística, desenvolvida por meio da análise crítica de obras teóricas que discutem a constituição do campo literário e seus processos de exclusão.

Em seus aspectos metodológicos, o estudo busca dialogar com perspectivas teóricas que ajudam a compreender o quadro de legitimidade e exclusão que compõe os processos de aceitação e marginalização no campo literário brasileiro. Dialoga-se, assim, com Pierre Bourdieu, Raymond Williams e Terry Eagleton, acerca das disputas culturais e da construção dos critérios de legitimidade literária; com Gilles Deleuze e Félix Guattari, a partir do conceito de literatura menor; e com Jaime Ginzburg, Silviano Santiago, David Brookshaw, Jean-Yves Mérian, Gayatri Spivak, Aníbal Quijano, Nabil Araújo e o Coletivo Warwick, cujas contribuições permitem discutir os mecanismos de regulação cultural, a seletividade do cânone e as formas de marginalização presentes na literatura brasileira.

No plano literário, o artigo aborda Lima Barreto, Carolina Maria de Jesus, Ferréz, Sérgio Vaz e Conceição Evaristo, tomando-os como expressões de diferentes momentos da marginalização no campo literário brasileiro. Busca-se demonstrar como Lima Barreto e Carolina Maria de Jesus, ao representarem de forma contundente a experiência da população negra e socialmente marginalizada, tiveram suas obras frequentemente deslegitimadas. Em Ferréz, por sua vez, observa-se um deslocamento desse paradigma, na medida em que o autor ressignifica a noção de literatura marginal ao vinculá-la diretamente à experiência da periferia e à reivindicação de uma posição de enunciação historicamente excluída e se amplia com Sérgio Vaz e sua compreensão de cultura periférica. Esse percurso é colocado em diálogo com o conceito de escrivência, formulado por Conceição Evaristo, que compreende a escrita como expressão da experiência vivida e como prática de afirmação da existência e de reivindicação dos direitos de sujeitos historicamente marginalizados.

A análise busca demonstrar que a marginalidade, neste estudo, não se restringe à esfera editorial ou ao sentido jurídico do termo, mas corresponde à condição sociocultural de sujeitos historicamente excluídos dos espaços de legitimação literária e do campo literário.

1. Literatura e tradição

A palavra literatura possui um percurso histórico e semântico extenso, cuja circulação remonta a cerca de vinte e dois séculos. No entanto, o significado que hoje atribuímos ao termo é relativamente recente; tem pouco mais de duzentos anos. Sua acepção moderna consolidou-se apenas entre os séculos XVIII e XIX, por meio da organização de um conjunto de textos poéticos, narrativos e dramáticos. Com isso, a terminologia, tal como a compreendemos hoje, distinguiu-se daquela anterior à modernidade, quando se associava a literatura ao conhecimento e à experiência adquiridos pela leitura.

Nesse enquadramento, as obras passam a ser avaliadas segundo critérios específicos, parâmetros que determinam quais textos se adequam às normas reconhecidas como legítimas para a criação literária. Esse novo panorama estrutura a literatura em três tendências centrais: a transição do “conhecimento” para o “gosto” ou “sensibilidade”; a concepção de arte especializada marcada por obras “criativas” ou “imaginativas”; e a noção de “tradição”, articulada a partir de concepções de nacionalidade moderna (Williams, 1979, p. 53).

Paralelamente a esses processos, a crítica literária constitui-se como um campo próprio. Ao expandir as formas de leitura e compreensão das obras, bem como ao formular conceitos e juízos sobre a produção literária, afirma-se como uma atividade orientada tanto por critérios que exigem modos particulares de conhecimento quanto por práticas de apreciação estética previamente estabelecidas. A crítica se consolida, assim, como um campo específico, dotado de autonomia e valores intrínsecos. Por essas caracterizações, passa a ser reconhecida pelas universidades como uma disciplina acadêmica, exercida por profissionais especializados, empenhados em estabelecer parâmetros objetivos e matizações científicas aos textos literários; componentes que contribuem para o desenvolvimento dos estudos literários. A constituição da crítica como categoria especializada passa a desempenhar um papel decisivo na definição dos critérios de seleção, operando por meio da atribuição de valor às obras impressas consideradas portadoras de determinada qualidade estética (Williams, 1979, p. 54).

Ao longo do desenvolvimento histórico-social, a definição crítica de literatura instituiu um regime de controle que delimitou práticas, impôs padrões e criou barreiras de classe. Não apenas hierarquizando o que era legitimado como literatura, mas também consolidando parâmetros que orientam a circulação, a recepção e o reconhecimento das

produções literárias no interior do campo cultural. Perspectivas filosóficas, como a kantiana, contribuíram para o reforço dessas concepções, sobretudo ao privilegiarem uma noção estritamente estética de exemplaridade literária, baseada na ideia de que a literatura deveria se distanciar de finalidades práticas e do emprego ordinário da linguagem. Kant compreendia que a arte deveria ser autônoma e pautar-se pelo gosto, sendo este independente de argumentos externos, empíricos, ideológicos, morais ou sociais. Nesse sentido, há ainda as contribuições de Hegel, que também reconhecia em certa medida a autonomia da arte, mas rejeitava a separação rígida entre forma e conteúdo. Para Hegel, a literatura integra o desenvolvimento do Espírito e participa da expressão de verdades históricas e sociais; não existe como finalidade isolada, como sugere o prazer estético e desinteressado arquitetado por Kant, mas como parte de um processo mais amplo de compreensão da realidade e da vida comunitária. Em outras palavras, a arte cumpre a função de oferecer uma expressão intuitiva e sensível da liberdade do espírito, do “Ideal” ou da verdadeira beleza.

Perspectivas como essas ajudaram a consolidar a noção de que a verdadeira literatura seria uma arte autônoma, que busca a perfeição, a harmonia e a essência das formas, por meio da primazia estética. A manipulação da linguagem, sob esses aspectos, deveria se distinguir da enunciação banal e comum da comunicação cotidiana, para privilegiar a exploração artística das palavras (Barros, 2013, p. 68-70). Essas concepções contribuíram para a consolidação de um modelo elitizado, na medida em que seus parâmetros se mostravam acessíveis apenas aos sujeitos inseridos nas elites culturais. Desse modo, a legitimação estética passou a operar como um mecanismo de distinção simbólica, restringindo o reconhecimento literário a determinados grupos sociais. Tais valores sustentam uma tradição que se mantém e se reproduz por meio da atuação de críticos, acadêmicos e escritores.

2. As tradições e suas implicações excludentes

As noções sobre o desenvolvimento da literatura e da crítica, enquanto campos do conhecimento, permitem compreender de modo mais amplo a definição e o funcionamento da estrutura que conhecemos como cânone. Esse organismo pode ser entendido como um conjunto de obras e escritores considerados fundamentais. Os parâmetros para essa definição,

porém, não são neutros. Baseiam-se em normas históricas que sustentam concepções estéticas, filosóficas e culturais. Assim, o cânone organiza a memória literária de modo seletivo e impõe modelos de referência ancorados em padrões eurocêtricos de beleza, forma e excelência, frequentemente apresentados como “cultura geral” ou como elemento “humanista”. Sua consolidação também se vincula ao contexto colonial e imperialista europeu, cuja expansão afirmou a supremacia cultural do continente e instituiu a noção de que a produção europeia constituiria o parâmetro máximo de excelência, reforçando a ideia de que muitas das obras a ela associadas detêm um valor universal e inquestionável.

Essa compreensão torna-se especialmente evidente em *O cânone ocidental* (2001), de Harold Bloom, obra na qual o crítico literário defende que a consolidação do cânone decorre de procedimentos rigorosos de escolha, os quais assumem um caráter elitista justamente por seus parâmetros estritamente artísticos e por uma concepção particular de excelência literária (Bloom, 2001, p. 30).

Essa perspectiva é problematizada por Jaime Ginzburg, no artigo “Cânone e valor estético em uma teoria autoritária da literatura”, em que o autor questiona os pressupostos de Bloom sobre o cânone, evidenciando uma arbitrariedade que reforça privilégios e sustenta a hegemonia de uma elite empenhada em preservar sua posição no campo literário.¹ Ao analisar o que escreve o crítico estadunidense, Ginzburg dimensiona que suas ideias estão introjetadas em cursos de Letras pelo Brasil, sendo facilmente assimiladas por não serem explicitamente apresentadas como autoritárias, fator que contribui para a formação de uma concepção elitista entre estudiosos e leitores (Ginzburg, 2004, p. 97). Ginzburg observa que a adesão às ideias de Bloom é problemática, uma vez que sua proposta se opõe a correntes de renovação ao sustentar uma crítica distante de projetos voltados à ampliação da diversidade cultural e da inclusão (Ginzburg, 2004, p. 99-100). Para Bloom, aprofundar a relação entre literatura e essas perspectivas colocaria em risco a centralidade dos estudos clássicos, que, segundo ele, poderiam ser substituídos por expressões populares consideradas

¹ Compreendemos o campo literário a partir do ponto de vista de Pierre Bourdieu. Em sua percepção, o campo configura-se como um espaço social de intensa disputa simbólica e hierárquica, onde escritores, críticos, editores e instituições culturais ocupam posições em constante confronto. Nele, cada agente mobiliza diferentes formas de capital — simbólico, cultural, econômico e social — e age conforme seu *habitus*, conjunto de disposições e experiências que orientam práticas, percepções e decisões (Bourdieu, 1996).

de menor relevância (Bloom, 2001, p. 493). O problema do ponto de vista de Harold Bloom é a maneira pela qual percebe as produções culturais que não se encaixam nos valores os quais defende, e não na valorização de certas obras ou autores de fato importantes.

Leyla Perrone-Moisés, assim como Jaime Ginzburg, é uma pesquisadora brasileira que busca se distanciar das formulações de Harold Bloom. Em seu entendimento, a compreensão estreita do estadunidense mescla posições que resistem a mudanças no campo literário com posturas claramente conservadoras e de caráter reacionário (Perrone-Moisés, 1998). Contudo, é preciso reconhecer que Perrone-Moisés assume uma posição ambígua, pois, apesar de discordar de Bloom em termos gerais, concorda com ele em pontos específicos. Ambos partilham a avaliação de que as obras por eles denominadas “multiculturais”² tendem a não apresentar longevidade, estando mais vinculadas a um engajamento social imediato do que à construção de projetos estéticos duradouros. Segundo Perrone-Moisés, autores consagrados costumam desenvolver projetos literários orientados por uma ambição estética de longo prazo, cuja permanência ultrapassaria intervenções centradas prioritariamente no engajamento circunstancial (Perrone-Moisés, 1998, p. 199). É possível admitir que muitos escritores canonizados produziram obras duráveis, ainda que tal perenidade dependa, em larga medida, de processos de legitimação específicos. Com frequência, o reconhecimento histórico de determinados autores e obras ocorre de forma tardia, sendo o tempo um fator decisivo para projetá-los para além de seu momento de produção.

O que merece problematização, entretanto, é o próprio entendimento de “engajamento social imediato” mobilizado por Perrone-Moisés, pois ele pode resvalar em uma perspectiva conservadora. As produções classificadas como multiculturais não se limitam a reivindicações identitárias nem a demandas de inclusão parcial no sistema literário. Elas formulam, sobretudo, leituras históricas das dinâmicas de exclusão que estruturam categorias como classe, raça e gênero, elaborando narrativas e personagens que afirmam outras formas

² Multiculturalismo refere-se à coexistência de diferentes grupos culturais em uma mesma sociedade, defendendo o reconhecimento e a valorização da diversidade étnica, racial, religiosa e cultural, bem como a garantia de direitos e oportunidades iguais entre esses grupos. Enquanto perspectiva teórica e política, o multiculturalismo emerge das reivindicações de movimentos sociais, como os movimentos negro, feminista e de direitos civis, que contestam a invisibilização e a subordinação de identidades historicamente marginalizadas.

de perceber e interpretar o mundo. Isso não implica negar a presença de complexidade formal ou de elaboração estética nessas obras. Tendo isso em vista, o que se evidencia é que a permanência dessas obras no campo literário tem pouca relação com uma suposta insuficiência estética, sendo mais condicionada aos mecanismos de legitimação que operam no interior do próprio campo. Esse último é o elemento decisivo para assegurar — ou não — sua projeção a longo prazo.

O argumento de Perrone-Moisés evidencia como certas percepções que sustentam a marginalização literária já estão incorporadas ao funcionamento do próprio campo, muitas vezes sem que os próprios pesquisadores delas se deem conta. Tais parâmetros instituem uma estrutura hierárquica que restringe o que pode ser reconhecido como literatura válida, produzindo uma normatização que não apenas imobiliza a diversidade da criação estética, mas também reforça a noção de uma tradição hegemônica.

Para evitar que esses argumentos permaneçam reduzidos a uma oposição genérica e binária, consideramos necessário recorrer às reflexões de Silviano Santiago no ensaio “Apenas uma literatura lusófona: desafios para uma historiografia literária além do cânone ocidental” (2021). Nesse texto, publicado na *Revista Pernambuco*, o autor defende a necessidade de desorientar o cânone, isto é, deslocar a centralidade dos critérios que historicamente definiram o valor literário. Para Santiago, o cânone não apenas organiza uma tradição, mas também bloqueia a incorporação de formas de expressão que escapam aos seus parâmetros, produzindo uma compreensão domesticada da literatura brasileira.

Essa crítica, contudo, não é recente. Desde textos anteriores, como “A literatura brasileira à luz do pós-colonialismo” (2014), Santiago questiona o modelo de historiografia literária, partindo do consolidado por Antonio Candido em *Formação da Literatura Brasileira*. Embora reconheça a importância decisiva dessa obra para os estudos literários brasileiros, Santiago argumenta que ela permaneceu vinculada a uma concepção de literatura orientada pelos valores estéticos da tradição europeia, restringindo o reconhecimento de outras práticas discursivas e de outras experiências sociais como constitutivas do campo literário. Em sua leitura, Candido compreende a literatura a partir do horizonte das *belles-lettres*, o que acaba por limitar as possibilidades de ampliação do próprio conceito de literatura (Santiago, 2014, p. 6).

Segundo Santiago, a narrativa proposta por Candido “nomeia o trabalho indispensável aos cidadãos privilegiados e letrados para que o adjetivo ‘nacional’, apostado à literatura — ou à nação e sua história, economia etc. —, possa afirmar-se como autêntico e manter-se estável e rentável no conjunto das nações modernas do Ocidente” (Santiago, 2014, p. 3). O próprio Candido, recorda Santiago, define sua obra como “a história dos brasileiros no seu desejo de ter uma literatura”, isto é, como o relato do “espírito do Ocidente à procura de uma nova morada nesta nossa parte do mundo” (Santiago, 2014, p. 3). Para Santiago, essa formulação evidencia que a constituição da literatura brasileira permanece referenciada por um paradigma europeu, tomado como modelo universal de legitimidade estética e cultural.

Nessa perspectiva, a crítica de Santiago ultrapassa a historiografia literária e alcança a própria constituição do conceito de literatura no Brasil. Ao afirmar que “o mesmo europeu que moldava e instruía o outro brasileiro, na maioria das vezes de maneira cruel e sanguinária, como atestam os bons estudos sobre aculturação” (Santiago, 2014, p. 6), o autor evidencia que os critérios de legitimação literária foram construídos em estreita relação com processos coloniais de poder e exclusão. Por isso, caracteriza a tradição literária brasileira como marcada por uma “virose pós-colonial” (Santiago, 2014, p. 5-6), expressão que sintetiza a permanência de referenciais eurocêntricos na definição do que pode ou não ser reconhecido como literatura.

Essa reflexão dialoga diretamente com a crítica formulada por Jaime Ginzburg ao modelo de Harold Bloom. Se, para Bloom, o cânone é legitimado por critérios apresentados como universais, Santiago demonstra que tais critérios são historicamente situados e respondem a uma determinada tradição cultural. Em ambos os casos, coloca-se em questão a exclusão de produções que não se ajustam aos parâmetros dominantes de consagração estética. É nesse sentido que Santiago propõe uma ampliação da historiografia literária brasileira, incorporando experiências e matrizes culturais historicamente marginalizadas. Como afirma no ensaio publicado na *Revista Pernambuco*:

Não teria chegado o momento de liberar as águas amazônicas e as atlânticas diaspóricas da literatura brasileira? [...] Amazônicas e atlânticas, suas tripulações só tinham permissão para trafegar se sob o comando dos dedicados e entusiastas etnógrafos (nacionais e estrangeiros), sob a bandeira menor e suplementar de acervo folclórico ou de literatura oral (Santiago, 2021, p. 4).

A metáfora proposta por Santiago sintetiza sua crítica ao cânone ocidental ao defender que manifestações literárias oriundas de matrizes indígenas, afro-diaspóricas e populares deixem de ocupar posições suplementares na historiografia da literatura brasileira. Desorientar o cânone, portanto, não significa negar a tradição literária consolidada, mas ampliar seus limites para reconhecer formas de produção literárias que permaneceram invisibilizadas em razão de critérios de legitimidade historicamente marcados pelo eurocentrismo. É justamente nesse ponto que a crítica de Santiago converge com as reflexões de Ginzburg, ao evidenciar que a constituição do cânone envolve disputas de poder, mecanismos de exclusão e a definição dos sujeitos autorizados a produzir aquilo que se reconhece como literatura. Convém observar, ainda, que o próprio Bloom relativiza a abrangência de sua proposta. Em entrevista concedida a Arthur Nestrovski por ocasião do lançamento da edição brasileira de *O cânone ocidental*, o crítico afirma que a ausência de autores brasileiros decorre de seu desconhecimento da literatura do país, atribuído à escassez de traduções para o inglês (Ginzburg, 2004, p. 102). Como observa Ginzburg, essa declaração delimita o campo de interlocução de Bloom, voltado prioritariamente ao universo anglófono, ao mesmo tempo que evidencia uma perspectiva de valoração inadequada para os estudos literários brasileiros e latino-americanos. Assim, a exclusão da literatura brasileira do cânone bloomiano reforça a necessidade de problematizar a pretensão universal implícita na expressão “cânone ocidental” e nas nossas pretensões canônicas que se baseiam em premissas unilaterais.

3. A literatura como campo constitutivo de tensões

Alguns estudos contribuem para compreender a formação dessas visões dominantes, fornecendo instrumentos analíticos para repensar os mecanismos de definição, legitimação e exclusão. Eles evidenciam como valores específicos são reproduzidos em pareceres e avaliações que ignoram diferenças sociais e culturais, tratando produções de contextos distintos como se houvesse uma uniformidade na forma de conceber o texto literário.

Seguindo essa direção, é útil observar, em primeiro lugar, a posição apresentada por Terry Eagleton, em *Teoria da literatura: uma introdução* (2006) — especialmente o capítulo

“O que é literatura?”, onde propõe uma abordagem ampla e historicamente situada da literatura, capaz de reconhecer como legítimas produções que retratam realidades marginalizadas, mesmo quando se afastam das convenções tradicionais. Eagleton observa que certas correntes críticas no contexto inglês se tornaram rígidas, excludentes e até mesmo obscurantistas, ao estabelecerem uma divisão entre aqueles considerados detentores de “valores literários” e os tidos como desprovidos de “entendimento literário”. Essa visão, como demonstra, limitava o campo literário, restringindo o reconhecimento de obras e autores que expressassem experiências fora da perspectiva hegemônica. Eagleton demonstra que, a partir da década de 1960, com a entrada da classe trabalhadora e de diversos grupos minoritários nas universidades inglesas, surgiram novas visões de mundo que desafiaram as idealizações dominantes. Esse processo forçou a crítica a se reinventar. Consequentemente, a teoria literária se pluralizou, mostrando-se capaz de libertar obras de enquadramentos civilizatórios restritivos e de acompanhar as transformações sociais mais amplas, bem como oferecer instrumentos críticos capazes de analisar adequadamente os diversos modelos de produção literária (Eagleton, 2006, p. VIII).

Em direção semelhante, Raymond Williams, no seu *Marxismo e literatura* (1979), contribui para ampliar a compreensão dos mecanismos de definição, legitimação e exclusão que operam no campo literário. No capítulo “Literatura”, ele argumenta que é necessário romper com uma visão restritiva que limita tanto a compreensão da realidade quanto, por consequência, a própria literatura. Muitas das análises literárias, como observa o autor, permanecem confinadas ao plano das ideias, negligenciando o terreno prático onde as diferenças sociais de fato se materializam. Para o autor, como já discutido, a própria noção de “literatura” foi instituída como uma categoria dotada de “valores definidos”, de modo que qualquer tentativa de questioná-la passou a ser compreendida como um ato antiliterário. Ao voltar-se para a crítica literária, Williams mostra que ela foi historicamente marcada por critérios seletivos que, em vez de superarem valores tradicionais, acabaram por reafirmá-los. Como argumenta, nem mesmo a crítica literária marxista conseguiu romper plenamente com essas convenções. Em suas palavras, Marx ofereceu observações agudas sobre a literatura, mas, por razões evidentes, esteve condicionado pelas categorias culturais de seu tempo. Embora sua contribuição tenha sido decisiva, a crítica marxista não avançou muito além, pois

deixou de aplicar de modo consistente a ênfase marxiana na “consciência prática” ao domínio da literatura e da estética, mantendo-se presa a um recorte limitado e a parâmetros herdados do século XIX (Williams, 1979, p. 57).

Em complemento às indicações formuladas pelos críticos literários ingleses, podem-se destacar alguns elementos apresentados pelo Coletivo Warwick em *Desenvolvimento combinado e desigual: uma nova teoria da literatura-mundial* (2021), obra que, embora não siga a mesma orientação dos autores mencionados, trabalha questões similares. No ensaio “A questão do realismo periférico”, o Coletivo propõe a compreensão de uma literatura-mundial não como categoria estética, mas como instrumento de análise. A reflexão parte da crítica de Fredric Jameson ao jornalismo cultural que permanece preso ao gosto e ao julgamento estético convencional. Como descreveu o Coletivo, Jameson aponta para a necessidade de avaliação das obras considerando tanto as dinâmicas da vida social cotidiana quanto as implicações políticas que atravessam as formas culturais presentes nos textos, reconhecendo plenamente seu impacto político (Coletivo de Pesquisa de Warwick, 2021, p. 97-98). Esses aspectos rompem com limitações impositivas das regras, permitindo o reconhecimento de uma literatura capaz de articular a diversidade global. A adoção de uma perspectiva inclusiva sobre o literário favorece o reconhecimento das múltiplas manifestações culturais, amplia a compreensão dessa forma artística e de suas diversas maneiras de se relacionar com o mundo.

Para estabelecer diálogo com esses argumentos, consideramos o texto de Nabil Araújo “Sobre a violência da crítica: canonização historiográfica como domesticação da alteridade” (2020). Nesse ensaio, Araújo desenvolve um argumento que questiona a violência simbólica exercida tanto pela crítica quanto pela historiografia literária. Nabil mostra como atuam os mecanismos de regulação cultural e política no campo literário, argumentando que a canonização e os modos dominantes de leitura operam uma domesticação da diferença, promovendo uma visão da literatura como instrumento de unidade nacional e apagando seu potencial estético e crítico (Araújo, 2020, p. 29-75). Araújo reforça a perspectiva de uma crítica sensível à diversidade e à historicidade dos textos ao defender uma teoria da literatura atenta às operações da linguagem e à irredutibilidade da alteridade. Sua proposição de uma abordagem crítica historicamente situada, que destaca o poder transformador da linguagem para desestabilizar os alicerces do cânone e abrir espaço para outras vozes, outros textos e

outras formas de conceber o literário, dialoga diretamente com as considerações dos estudiosos anteriores.

Todas essas posições ajudam a evidenciar como certos valores se reproduzem constantemente em pareceres e avaliações literárias que desconsideram modos diversos de perceber o mundo. A exigência de uma suposta uniformidade faz com que obras produzidas em realidades sociais distintas sejam avaliadas como se compartilhassem as mesmas condições de origem e expressão, o que resulta em julgamentos inadequados. Aqui, retomando Jaime Ginzburg, evidencia-se sua noção de “agenda política estruturante”, que revela como determinadas posturas institucionalizadas nos estudos literários operam para preservar a hegemonia das classes representadas por esses grupos. Essa agenda decorre de um pensamento que segue um procedimento recorrente: converter perspectivas amplas em critérios universais de valor, aplicáveis a todas as experiências. Esses mecanismos legitimam a exclusão e a desqualificação, instaurando um ciclo contínuo de reprodução dos valores dominantes que reforçam a manutenção de privilégios simbólicos e culturais dentro do campo literário (Ginzburg, 2004, p. 100-105).

É importante ainda argumentar que todos esses movimentos até aqui discutidos também se manifestam nas discussões sobre a figura do escritor. A defesa de uma concepção supostamente “pura” do que seria tal figura também é baseada em critérios seletivos ou em uma tradição idealizada e atua impondo limites ao reconhecimento artístico. Esse debate pode ser observado a partir da análise de Pierre Bourdieu, que identifica o referido fenômeno na postura dos rigoristas da pureza artística — aqueles que defendem que apenas um grupo restrito de autores detém uma forma “superior” de qualidade. Por não corresponderem ao ideal restritivo que reforça regras implícitas de pertencimento e limitar o ingresso simbólico ao campo literário, muitos criadores são considerados “não artistas de fato” (Bourdieu, 1996, p. 253). Segundo Bourdieu, a noção contemporânea de escritor é historicamente estreita, construída por sucessivas exclusões. Decisões sobre quem pode ser reconhecido como escritor frequentemente são arbitrárias e desconsideram que tais definições deveriam ser debatidas no próprio campo de produção cultural, espaço legítimo de confronto simbólico. Cria-se, assim, um espaço que transforma o processo de avaliação em um mecanismo de preservação da posição dominante (Bourdieu, 1996, p. 244-254).

Os critérios unilaterais aplicados tanto à escrita quanto à figura do escritor consolidam valores apresentados como universais e revelam que, ao contrário do que sugerem posições como a de Harold Bloom, opera-se uma forma de violência simbólica dirigida a grupos específicos e às suas maneiras de produzir conhecimento. Esse processo aproxima-se do que Gayatri Spivak denomina violência epistêmica: a imposição de padrões que silenciam ou deslegitimam as epistemologias dos grupos subalternizados — entendendo epistemologia como próprio da teoria do conhecimento e os modos por meio dos quais ele é produzido (Spivak, 2018). Essa manifestação da violência, já observada por Nabil Araújo ao analisar a forma como a crítica literária lida com a diferença, resulta na subjugação das formas de percepção e expressão desses grupos, ao mesmo tempo em que estabelece o conhecimento europeu como medida legítima. Esse quadro dialoga diretamente com a noção de colonialidade do poder formulada por Aníbal Quijano, segundo a qual a modernidade se funda em um padrão mundial de dominação baseado na invenção da raça como critério de hierarquização e no uso desse princípio como eixo das relações impostas pela conquista. Assim, populações da América — e, posteriormente, de outras regiões — foram classificadas e integradas a esse modelo global (Quijano, 2014, p. 117).

Com esses conceitos, torna-se possível compreender de modo mais amplo os discursos que defendem critérios tradicionais de legitimidade literária. Tais discursos atuam para preservar estruturas de poder e bloquear o acesso daqueles que se afastam desses parâmetros, perpetuando sua marginalização no campo literário.

Por meio desses pressupostos, podemos compreender de forma mais ampla os termos que emanam de uma defesa de padrões de legitimidade, como aqueles que decorrem da tradição literária e da crítica conservadora. Além de preservar uma estrutura hegemônica, esses critérios marginalizam escritas que apresentam outros valores e modos distintos de mobilizar os recursos da literatura. Desse modo, a defesa de um ideal restritivo de literatura funciona paralelamente como mecanismo de exclusão e dominação ao restringir o alcance e a diversidade do que pode ser considerado legítimo dentro do sistema literário.

4. O processo de marginalização literária

Como já discutido, a tradição crítica se funda na adoção de critérios de legitimação definidos de maneira unilateral, orientados por concepções específicas de valor estético. Tais concepções também se manifestam no campo literário brasileiro, que, estruturado a partir de bases semelhantes, frequentemente reproduz esses parâmetros e os incorpora como referência normativa. São orientações que reforçam hierarquias culturais historicamente constituídas e tendem a deslocar para posições secundárias obras que confrontam os modelos narrativos tradicionais; especialmente aquelas que colocam no centro sujeitos historicamente marginalizados — em particular indígenas e afrodescendentes. Sob essa perspectiva, tais escritos passam a ser classificados como esteticamente insuficientes ou incapazes de oferecer leituras históricas e análises críticas densas, o que resulta na desvalorização sistemática de um amplo conjunto de produções. Ao privilegiar formas específicas, a tradição crítica opera como um mecanismo de filtragem que contribui para a preservação de um cânone afastado da diversidade cultural brasileira. Trata-se de um processo que envolve uma dinâmica mais abrangente que não se limita ao reconhecimento, à circulação ou à consagração de certos escritores e textos literários.

Para compreender claramente como o campo literário brasileiro se vincula a um ideal específico, aos seus valores e padrões, é fundamental analisar o processo de marginalização que nele decorre. Nesse sentido, torna-se fundamental refletir tanto sobre a representação de personagens de grupos minoritários em parte da chamada grande literatura brasileira quanto sobre as posturas assumidas por escritores oriundos desses grupos, uma vez que ambos os aspectos se articulam e evidenciam os mecanismos de exclusão em operação no campo literário.

Dois pesquisadores que oferecem contribuições significativas para a análise desses aspectos são David Brookshaw e Jean-Yves Mérian. A partir do estudo de diversas obras canonizadas da literatura brasileira, ambos investigam de que forma o campo literário reforçou processos de marginalização e como a literatura os reproduziu. Esse fenômeno é particularmente evidente na presença do negro, que foi condicionado por ideologias e mitos produzidos pela sociedade branca. Esses processos não apenas moldaram as representações de personagens e temas por autores brancos, como também impactaram as estratégias de escrita desenvolvidas por autores afro-brasileiros.

David Brookshaw inicia sua análise nas produções literárias do século XIX, avançando pelo século XX até cerca do final dos anos 1970. Suas primeiras considerações evidenciam como a representação do negro permaneceu circunscrita a estereótipos como o do “escravo fiel”, do “escravo demônio” ou do “escravo nobre”, figuras que expressam uma mentalidade incapaz de associar a negritude a atributos positivos. O Naturalismo intensificou esse quadro ao animalizar personagens negros e mulatos, enquanto o Modernismo elaborou a imagem do “negro primitivo e alegre”, convertida em emblema de espontaneidade, mas ainda condicionada pelo olhar branco (Brookshaw, 1983, p. 16-29). Em suas análises, Brookshaw também discute o posicionamento do negro enquanto intelectual e escritor, destacando a necessidade de que este adote uma “linha de comportamento” específica. Essa postura pode se dar de três maneiras: pela via da erudição assimilada — exemplificada por Machado de Assis, que evitou tratar abertamente a questão racial;³ pela tradição popular — que utiliza humor e *pathos*, adequando-se à imagem folclorizada aceita pelos brancos, como em Domingos Caldas Barbosa; ou pelo protesto explícito — adotado por autores como Luís Gama e Lima Barreto, frequentemente marginalizados devido à forma direta com que denunciavam a condição do negro na sociedade brasileira. Essas trajetórias, impostas aos escritores negros, funcionavam como verdadeiros roteiros: a erudição por meio da assimilação oferecia acesso e um possível reconhecimento; a adaptação folclorizante proporcionava uma inserção parcial; enquanto o protesto explícito representava a rejeição de ambos os caminhos, resultando em exclusão total (Brookshaw, 1983, p. 152-170).

Mérian, por sua vez, analisa como os mitos fundadores da identidade nacional — a superioridade branca, o branqueamento e a democracia racial — sustentaram o regime de representação, delimitando os lugares possíveis para a figura negra na literatura. Quando presentes, esses sujeitos tendem a ocupar espaços reduzidos, surgindo sob a forma de sub-

³ Não. Não se trata, aqui, de desqualificar a genialidade de Machado de Assis nem de diminuir a importância de sua obra ou a forma com que tratou assuntos delicados da sociedade brasileira, incluindo a escravidão e seus desdobramentos, que ainda reverberam no presente. Seria um equívoco — e um mal-entendido deliberado — interpretar essa discussão como um esforço de “exorcizar” ou “descanonizar” Machado. O objetivo, a partir de uma perspectiva histórica, é apenas evidenciar os enquadramentos e as formas de sujeição impostas aos escritores negros ao longo dos anos. Para uma compreensão mais ampla desse debate, recomenda-se a leitura integral da obra *Raça e cor na literatura brasileira* (1983), de David Brookshaw, neste trabalho referenciado, com as páginas devidamente apontadas para a recuperação das informações citadas.

representações marcadas por estereótipos que lhes negam densidade e complexidade. Nessa direção, personagens negros eram enquadrados como exotismo ou manifestação folclórica, sem que sua dignidade ou humanidade fosse plenamente reconhecida (Mérián, 2008, p. 52-54). Para Mérian, a ruptura significativa ocorre apenas a partir de 1978, com o Movimento Negro Unificado e os *Cadernos Negros*, quando escritores assumem explicitamente uma identidade negra e produzem uma literatura voltada para a denúncia do racismo, a reescrita da história e a afirmação de figuras de resistência como Zumbi e Luísa Mahím (Mérián, 2008, p. 56).

A convergência entre os autores mostra que a literatura brasileira, durante grande parte de sua história, esteve submetida à ideologia da classe dominante branca, que definiu valores, padrões estéticos e limites de representação. O branqueamento — físico, cultural ou simbólico — operou como eixo estruturante, impactando tanto as representações de autores brancos quanto a inserção e as escolhas estéticas de autores negros.

Embora algumas obras elaborem, ainda que de modo discreto, personagens pertencentes a grupos minoritários com maior densidade e traços de humanização, o foco narrativo geralmente se estabelece a partir de sujeitos que não compartilham das experiências daqueles que são representados. Nessa perspectiva, mesmo quando há sensibilidade por parte do narrador — ou do próprio autor —, a visão construída permanece distinta da vivência dos sujeitos retratados (Silva; Almeida, 2020, p. 146). Tal distanciamento decorre do fato de esses personagens serem formulados a partir do olhar de autores socialmente afastados, o que contribui para a reprodução de estigmas e para a limitação da presença desses grupos no imaginário social (Silva; Assis, 2020, p. 101–104). Em muitos casos, essa relação ocorre a partir da chamada “perspectiva de alpendre”: um olhar distanciado que não procura assumir a posição do outro, evidenciando a impossibilidade dessa apropriação.⁴ Nesse sentido, tais processos reforçam a posição subalterna desses grupos e limitam o surgimento de representações narrativas produzidas por eles mesmos (Dalcastagnè, 2012).

⁴ “A expressão é de Roberto Ventura, referindo-se à perspectiva de Gilberto Freyre sobre o canavial: ‘Com um pé na cozinha e um olhar guloso sobre os prazeres afro-brasileiros, Freyre viu a senzala do ponto de vista da casa-grande, mirou o canavial da perspectiva do alpendre’” (Ventura, 2001 *apud* Dalcastagnè, 2012).

Partindo dessas observações, percebe-se que, muitas vezes, esses sujeitos marginalizados por sua condição histórica na sociedade brasileira buscam romper os bloqueios do campo literário e passam a se autorrepresentar, escrevendo sobre si e sobre suas próprias condições de existência. Essas escritas, em grande medida, são cunhadas sob a égide do protesto. No entanto, o campo literário tende a reagir a elas, deslocando-as para posições marginais, sob a alegação de que não se ajustam às suas máximas estéticas, por integrarem em seu cerne manifestações entendidas como políticas e engajadas e por assumirem uma postura explícita de enfrentamento à subordinação. É justamente nesse movimento de controle que se consolida a noção de marginalização literária — ou, em outros termos, a instituição de uma literatura marginal.

Esse processo coercitivo de desvalorização literária foi observado de maneira pioneira por Gilles Deleuze e Félix Guattari, em *Kafka: para uma literatura menor*. Os autores apontam que a obra de Franz Kafka se constitui em um contexto minoritário, atravessado pela condição desterritorializada do escritor — um judeu de Praga que escreve em língua alemã. No contexto da Alemanha e do Império Austro-Húngaro, os judeus de Praga enfrentavam um impasse: não podiam deixar de escrever, eram compelidos a usar o alemão e, ainda assim, esse idioma os excluía socialmente, funcionando como uma língua desterritorializada, inadequada às minorias (Deleuze; Guattari, 2003). Inserido nesse cenário, Kafka — pertencente a uma minoria e atuando dentro de um sistema literário dominante — teve sua produção rebaixada, sendo rotulada como “menor”.

De forma análoga, na literatura brasileira, os textos marginalizados compartilham essa condição de afastamento do padrão dominante ou de suas normas — e, dentro do que percebemos, também de uma relação de hierarquia racial. Nesse contexto, o termo “marginal” não diz respeito a uma marginalização exclusivamente literária ou editorial, nem ao sentido jurídico de indivíduo criminoso ou perigoso. Refere-se, antes, a uma perspectiva sociológica, que engloba sujeitos afetados por processos de exclusão, como pessoas pobres, desempregadas, migrantes ou pertencentes a minorias étnicas e raciais.

A partir da ideia de uma literatura menor, bem como das implicações sobre a marginalização no âmbito literário, podemos falar sobre o que poderia ser considerado uma literatura marginal. O termo se tornou expressivo no Brasil no período mais repressivo da

ditadura civil-militar (1968–1978), quando a censura impunha forte controle às produções culturais e reprimia qualquer manifestação crítica. Nesse contexto, emergiram diversos grupos independentes empenhados em romper com os circuitos oficiais de circulação, entre os quais se destaca a chamada Geração do Mimeógrafo. Composta por poetas que reproduziam de forma totalmente artesanal seus textos em mimeógrafos, como estratégia para contornar a censura, esse grupo usava a poesia para versar seu descontentamento com o período. Abordavam temas diversos, que iam de críticas diretas à ditadura aos referenciais alternativos da cultura *hippie*. Suas poesias eram distribuídas em bares, cinemas, teatros e outros espaços públicos, assumindo deliberadamente uma posição “à margem” como forma de contestação aos dispositivos repressivos do regime.

A poesia marginal, contudo, assumia essa marginalidade sobretudo como gesto estético e político contra a censura e contra as normas literárias vigentes. Seus autores, majoritariamente jovens de classe média, com acesso a bens culturais e relativa proteção social, buscavam desestabilizar critérios de “qualidade”, “bom gosto” e “ordem” defendidos pelo campo literário e pelo regime ditatorial, adotando linguagem coloquial, ironia, palavrões e temas cotidianos ligados ao sexo, às drogas e à vida urbana. Assim, a marginalidade reivindicada, ainda que importante e com uma visão descentralizadora, funcionava mais como uma estratégia de choque cultural e de contestação simbólica do que como resultado de uma experiência histórica de opressão. Por isso, embora rotulada como marginal e que subverte a própria estrutura canônica, essa produção não emerge de posições estruturalmente marginalizadas. Trata-se de uma literatura feita “da margem” principalmente no sentido de se afastar da institucionalidade cultural e desafiar a censura, mas elaborada por sujeitos que, em grande medida, não vivenciavam as formas de exclusão material, racial e social enfrentadas pelas populações realmente marginalizadas. Esse contraste torna evidente que o rótulo “marginal” assume sentidos distintos quando aplicado a escritores de classes médias durante a ditadura e quando se refere a autores oriundos de contextos sociais subalternizados — nestes, a marginalidade não é somente escolha estética, mas condição histórica.

Tomando como referência os pressupostos que definem o que pode ser compreendido como literatura marginal, observa-se que essa produção se estrutura a partir de sujeitos historicamente marginalizados na sociedade brasileira. Ancorada em experiências de

exclusão econômica, racial e territorial, ela tensiona os critérios tradicionais de legitimação estética ao deslocar o centro da enunciação para vozes subalternizadas, inscrevendo a marginalização no próprio gesto de escrita. Lima Barreto constitui um exemplo expressivo desse processo. Ele era mulato, morador dos subúrbios cariocas e travava uma luta contra o alcoolismo. Não apenas escrevia sobre marginalidade; ele a enfrentava diariamente em todas as dimensões de sua vida. Sua obra incorporou sua experiência ao retratar as contradições sociais, o racismo e as desigualdades do início do século XX. Revelou, assim, com contundência, o funcionamento excludente da sociedade brasileira. Em *Recordações do escrivo Isaías Caminha* (1909), expôs as formas sutis e mascaradas de discriminação, desmontando a retórica da suposta “integração” racial brasileira. Seu estilo direto, próximo à oralidade e distante dos refinamentos linguísticos, contribuiu para seu afastamento dos círculos literários prestigiados. Barreto enfrentou repetidas rejeições, tanto pela sua posição social quanto por seu modo de escrever, sendo frequentemente acusado de produzir uma literatura “ingênua”, “pouco elaborada” ou sem sofisticação estética. Com isso, teve grandes dificuldades de circulação; muitos de seus textos saíram apenas em revistas de baixa tiragem, e seus romances enfrentaram problemas editoriais, como revisão deficiente e má qualidade gráfica. A recepção crítica, em grande medida indiferente ou abertamente hostil, aprofundou esse cenário, reiterando os obstáculos que marcaram sua trajetória. Essa atitude não apenas restringiu o alcance de sua obra, como também contribuiu significativamente para frustrar suas reiteradas tentativas de ingresso na Academia Brasileira de Letras, onde enfrentou resistência por parte de setores da elite intelectual que o desqualificavam tanto esteticamente quanto socialmente. Após sua morte, seus textos praticamente desapareceram. Conseguiu reconhecimento décadas mais tarde, graças ao trabalho rigoroso de Assis Barbosa, que resgatou sua trajetória e colocou sua obra no lugar de relevância que lhe é de direito.

De maneira semelhante, Carolina Maria de Jesus, primeira escritora a representar a favela a partir de uma perspectiva interna, também sofreu um processo de marginalização. Em *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (1960), descreveu a precariedade cotidiana vivida por quem realmente habitava aquele espaço. Essa posição singular, porém, produziu um efeito ambíguo: em vez de ser reconhecida como escritora plena, Carolina foi frequentemente tratada como objeto de curiosidade, recebendo um enquadramento marcado

pelo exotismo. Muitos críticos tomaram como um “fenômeno” alguém que produziu apenas um documento sociológico. Dentro desse enquadramento, o aspecto literário de sua obra era secundarizado ou até descartado. Embora tenha alcançado sucesso imediato, o impacto de *Quarto de despejo* não se converteu em um reconhecimento duradouro. A condição de mulher, negra e favelada, a empurrou para as margens do campo literário, impedindo que fosse legitimada e que sua autoridade como escritora fosse reconhecida. Apenas nos últimos anos esse mesmo marcador social, antes usado para restringir seu lugar, passou a ser entendido como elemento estruturante de uma escrita marcada pela sensibilidade e resiliência, cuja força literária ultrapassa o registro documental. Carolina conquistou maior visibilidade crítica e editorial, com novas edições e estudos que recuperam a potência de sua obra. Ainda assim, continua a enfrentar resistências persistentes no campo literário que, por vezes, insiste em desqualificar sua produção e em negar-lhe espaço como uma das escritoras centrais da literatura brasileira.

5. Resignificando a marginalização literária

Nas últimas décadas, o debate sobre o significado de literatura marginal ganhou novos contornos, especialmente com a emergência de autores oriundos das periferias que passaram a reivindicar outras formas de representação e pertencimento no campo literário brasileiro. É nesse cenário que a publicação de *Capão pecado* (2000), de Ferréz, se torna um marco, pois irá redefinir o conceito de marginalização literária ao vinculá-lo diretamente à vivência periférica.

Consciente dos processos de marginalização que atingiram autores como Lima Barreto e Carolina Maria de Jesus, o próprio escritor classifica sua obra como literatura marginal, pois não se reconhecia integrante da nova vanguarda literária nem de outros movimentos literários, identificando-se mais estreitamente com o universo do *hip-hop*. Com isso, ressignifica o conceito de literatura marginal com o propósito de afirmação. Seu desejo inicial era fortalecer sua comunidade, estimular seus vizinhos à leitura e atrair outros escritores em condições de marginalização.

Embora *Cidade de Deus* (1997), de Paulo Lins, tenha inaugurado, na literatura brasileira contemporânea, a centralidade do sujeito marginalizado por meio da perspectiva de quem vivencia a realidade narrada, *Capão pecado* aprofunda esse deslocamento ao transformar o ponto de vista interno da periferia em um projeto estético e político de resistência. Ambientado no Capão Redondo, o romance ficcionaliza memórias e experiências de Ferréz e incorpora a oralidade, as gírias e os registros linguísticos característicos desse espaço social, conferindo autenticidade à narrativa e fortalecendo seu pacto de verossimilhança. A partir dessa perspectiva, a obra denuncia as desigualdades estruturais e as múltiplas formas de violência que atravessam o cotidiano das populações periféricas.

Essas ambivalências se manifestam na trajetória de Rael, personagem principal do romance, um jovem trabalhador, dedicado aos estudos e comprometido com a família, que busca construir uma vida distante da criminalidade. Ao tentar romper com o ciclo de violência que marca o bairro onde vive, o personagem se depara com obstáculos impostos pela pobreza, pela precariedade das condições de vida, pela violência cotidiana, pela repressão policial e pela ausência de políticas públicas efetivas. Seu percurso evidencia como esses fatores limitam as possibilidades de ascensão social e contribuem para a reprodução da exclusão nas periferias. Assim, o romance expõe a fragilidade das perspectivas de futuro e a desvalorização da vida humana nas margens da sociedade.

Com a repercussão de *Capão pecado*, Ferréz tornou-se colunista da revista *Caros Amigos*, onde idealizou o projeto *Caros Amigos Literatura Marginal – a Cultura da Periferia* (2001), reunindo 48 escritores periféricos de diferentes regiões do país. O movimento se expandiu em volumes posteriores, incorporando vozes de uma ampla diversidade de sujeitos marginalizados — indígenas, pessoas encarceradas, pescadores, trabalhadores informais, *rappers*, entre outros. Em 2005, a coletânea *Literatura marginal: talentos da escrita periférica*, também organizada por Ferréz, reforçou a literatura marginal como espaço de contestação à hegemonia literária tradicional, sobretudo ao divulgar o manifesto “Terrorismo Literário”. Paralelamente, o poeta Sérgio Vaz elaborou o “Manifesto da Antropofagia Periférica” (2007), igualmente voltado a refletir sobre as práticas artísticas de sujeitos

periféricos.⁵ Ambos os textos impulsionaram escritores das favelas e periferias a ocupar o campo literário com escritas marcadas pela vivência, onde delineiam a recusa da sub-representação e o desejo de afirmação de suas subjetividades, valores e saberes.

Nesse contexto, o poeta também merece destaque, pois transforma sua obra em um espaço de elaboração e testemunho de suas memórias, das dificuldades e das experiências vividas como morador da periferia. Em livros de poesia e crônicas, como *Colecionador de Pedras* (2007), *Literatura, Pão e Poesia* (2011) e *Flores de Alvenaria* (2016), o autor conduz o leitor pelas ruas, periferias e favelas, revelando um universo frequentemente invisibilizado pelos discursos hegemônicos, retratando com contundência o cotidiano da população marginalizada. Sua literatura não faz concessões à idealização da realidade. Ao contrário, mergulha na condição daqueles historicamente invisibilizados — os sem-nome, os sem-lugar, aqueles a quem foi negado o acesso àquilo que um dia se prometeu como direito universal, mas que permaneceu restrito a uma parcela privilegiada da sociedade. Desse modo, sua escrita converte a experiência cotidiana da exclusão em matéria literária.

As escritas de Ferréz e Sérgio Vaz inscrevem-se tanto no campo das narrativas de teor testemunhal quanto no da escrevivência, conceito formulado por Conceição Evaristo para designar produções literárias que emergem da experiência vivida e se orientam pela afirmação da existência e pela reivindicação dos direitos de sujeitos historicamente marginalizados (Evaristo, 2005). Embora desenvolvido a partir da experiência da mulher negra, o conceito evidencia uma forma de escrita em que memória, experiência e identidade constituem o fundamento da criação literária.

Essa perspectiva pode ser observada em obras como *Ponciá Vicêncio* (2003), romance que acompanha a trajetória de uma mulher negra desde a infância até a vida adulta. A narrativa aborda os sonhos, os deslocamentos e os sucessivos desencantos da protagonista em sua tentativa de construir a própria identidade e definir seu destino. Ao longo desse percurso, Evaristo explora temas como a relação com a terra, o trabalho com o barro herdado

⁵ Em “Terrorismo Literário”, Ferréz institui a noção de *literatura marginal* como forma de confronto — um gesto de tomada da palavra por quem historicamente foi apenas objeto de representação, e não sujeito da escrita. Já Sérgio Vaz, em seu “Manifesto da Antropofagia Periférica”, propõe uma atualização legítima do Manifesto Antropófago de Oswald de Andrade, deslocando seu eixo: em vez da devoração cultural como afirmação de uma identidade nacional ainda centrada nas elites intelectuais, Vaz coloca a cultura da periferia como protagonista, devorando e ressignificando os códigos da cultura dominante a partir da experiência periférica.

da família, as permanências da escravidão na experiência contemporânea e a solidão vivida nos espaços urbanos. Outro romance fundamental é *Becos da Memória* (2006). A obra retrata o cotidiano de uma comunidade periférica ameaçada de remoção, acompanhando os impactos da destruição do espaço onde seus moradores construíram vínculos, afetos e formas de resistência. Em vez de concentrar a narrativa em um único protagonista, a autora constrói uma voz coletiva, permitindo que diferentes personagens expressem suas experiências e perspectivas. Nesse contexto, emergem temas como a fome, o preconceito, a luta cotidiana pela sobrevivência e a memória coletiva, apresentada como elemento fundamental para a preservação da dignidade e da identidade diante da desestruturação da comunidade.

Em Ferréz e Sérgio Vaz, assim como em Conceição Evaristo, a periferia, a condição de ser negro em uma sociedade marcadamente racista e as diversas formas de marginalização social não se configuram apenas como objeto de representação, mas como o próprio lugar de enunciação da escrita. Suas obras convertem experiências individuais e coletivas em matéria literária, articulando memória, identidade e resistência para conferir visibilidade a sujeitos e vivências historicamente silenciados pelos discursos hegemônicos. Essa perspectiva manifesta-se não apenas na linguagem e na elaboração de uma escrita comprometida com a afirmação da existência e da voz de grupos historicamente marginalizados, mas também na incorporação de marcadores sociais e raciais que revelam as desigualdades estruturais da sociedade brasileira, constituindo um consistente instrumento de crítica às relações de poder e aos processos de exclusão.

Sob essa perspectiva, é possível reconhecer que autores como Lima Barreto e Carolina Maria de Jesus já desenvolviam uma escrita que se aproxima da escrivência, sistematizada por Conceição Evaristo. Ainda que elaborado em outro contexto histórico, esse conceito ilumina uma prática literária em que a experiência vivida constitui o fundamento da criação, conforme a própria autora sintetiza: “Escre(vi)vendo-me: ligeiras linhas de uma auto-apresentação” (Evaristo, 2005, p. 201).

Em todas essas obras, a experiência individual ultrapassa os limites da própria escrita de si para adquirir uma dimensão coletiva, representando sujeitos historicamente marginalizados e também mostrando-se como instrumento de crítica social. Nesses termos, no que é mensurado por Evaristo, podemos compreender que escritoras e escritores negros,

periféricos e socialmente marginalizados unem as palavras escrever, viver e se ver para dar vida às suas obras: são escritas que nascem da vivência, da memória coletiva e da ancestralidade, transformando experiências reais de opressão, resistência e cotidiano em arte literária. Ao usarmos do conceito de Evaristo para englobar as elaborações artísticas marginalizadas pelo seu lugar social, reconhecemos que essas enunciações se negam a ser controladas ou usadas para confortar o desejo do que a “casa-grande” quer compreender como literatura. A escrevivência surge para inverter essa lógica: não é uma escrita para acalantar os opressores, mas para incomodá-los em suas torres de marfim.

Considerações finais

Para encerrar esta discussão, torna-se importante retomar o argumento central desenvolvido ao longo deste estudo. Procurou-se demonstrar que aquilo que convencionalmente se entende por literatura resulta de um processo histórico de construção, sustentado por critérios de legitimação que jamais foram neutros ou universais. A constituição do cânone, da crítica literária e das instituições responsáveis pela consagração das obras consolidou determinados modelos estéticos e interpretativos que, ao mesmo tempo em que definiram referências fundamentais para a tradição literária, também produziram mecanismos de exclusão capazes de restringir o reconhecimento de outras formas de escrita.

As reflexões mobilizadas ao longo do texto evidenciam que a crítica e a historiografia literárias desempenharam papel decisivo na preservação desses parâmetros. Embora tenham contribuído para a consolidação dos estudos literários, também reproduziram valores estéticos e culturais fortemente vinculados à tradição europeia e aos interesses de grupos socialmente privilegiados. A consequência desse processo foi a constituição de um campo literário que frequentemente relegou à condição de produções secundárias obras que emergem de experiências sociais distintas daquelas historicamente legitimadas pelo cânone. Tal dinâmica demonstra que a exclusão literária se articula a relações mais amplas de poder, envolvendo dimensões de classe, raça, gênero e colonialidade.

Nesse contexto, a análise das trajetórias de autores como Lima Barreto e Carolina Maria de Jesus permitiu compreender que a marginalização literária antecede em muito a

formulação contemporânea da literatura marginal. Ambos produziram obras que desafiaram os padrões dominantes ao inscreverem, na própria linguagem literária, experiências historicamente silenciadas. Entretanto, justamente por confrontarem expectativas estéticas e sociais consolidadas, enfrentaram dificuldades de circulação, reconhecimento e legitimação. A permanência de suas obras no cenário literário brasileiro evidencia que a qualidade estética dessas produções nunca constituiu o verdadeiro obstáculo para sua consagração, mas sim os mecanismos históricos de validação que estruturam o campo literário.

A ressignificação promovida por Ferréz representa, nesse sentido, um momento decisivo. Ao reivindicar a expressão literatura marginal como afirmação política e estética, o autor desloca o significado anteriormente atribuído ao termo e o associa diretamente às experiências de sujeitos historicamente marginalizados. A literatura deixa, assim, de representar apenas a realidade da periferia para tornar-se também expressão produzida a partir dela. Em diálogo com autores como Sérgio Vaz e Conceição Evaristo, essa perspectiva evidencia que memória, testemunho, experiência e escrevivência constituem formas legítimas de elaboração estética, capazes de ampliar significativamente a compreensão do fenômeno literário.

Desse modo, mais do que propor a substituição do cânone ou negar a relevância da tradição literária, este trabalho defende a necessidade de ampliar seus horizontes críticos. Reconhecer a pluralidade das formas de produção literária implica compreender que diferentes experiências históricas produzem diferentes modos de construir a linguagem, a narrativa e a representação do mundo. A literatura brasileira torna-se, assim, mais rica e mais representativa quando incorpora, em igualdade de condições, enunciações que durante muito tempo permaneceram relegadas às margens. É justamente nesse movimento de ampliação crítica que reside a possibilidade de compreender a literatura não como um espaço fechado por critérios imutáveis, mas como um campo permanentemente atravessado por disputas, transformações e novas formas de produção de sentido.

Referências

ARAÚJO, Nabil. Sobre a violência da crítica: canonização historiográfica como domesticação da alteridade. In: WALTY, Ivete Lara Camargos; MOREIRA, Terezinha Taborda (Orgs.). *Violência e escrita literária*. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2020.

BARROS, Rodrigo Ségges Ferreira. Batendo papo com o cânone. *Revista Memento*, v. 4, n.1, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4799018.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2025.

BLOOM, Harold. *O cânone ocidental: os livros e a escola do tempo*. Tradução Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. Tradução Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BROOKSHAW, David. *Raça e cor na literatura brasileira*. Tradução Marta Kirst. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983. (Novas Perspectivas, 7).

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 6. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000. v. 1/v. 2. (Coleção Reconquista do Brasil; 2ª série, v.177/178).

COLETIVO DE PESQUISA DE WARWICK. *Desenvolvimento combinado e desigual: uma nova teoria da literatura-mundial*. São Paulo: Unicamp, 2021.

DALCASTAGNÈ, Regina. *Literatura brasileira contemporânea: um território contestado*. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2012. Edição do Kindle.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Kafka para uma literatura menor*. Tradução e prefácio de Rafael Godinho. Lisboa: Editions Minuit, 2003.

EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. Tradução Waltensir Dutra ; revisão da tradução João Azenha Jr. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. (Biblioteca universal).

EVARISTO, Conceição. Gênero e etnia: uma escre(vivência) de dupla face. In: MOREIRA, Nadilza Martins de Barros; SCHNEIDER, Liane. (Org.) *Mulheres no mundo: etnia, marginalidade e diáspora*. João Pessoa: Ideia Editora, 2005. p. 201-212.

FERRÉZ, Terrorismo Literário. In: FERRÉZ (Org.). *Literatura marginal: talentos da escrita periférica*. Rio de Janeiro: Agir, 2005.

GINZBURG, Jaime. Cânone e valor estético em uma teoria autoritária da literatura. *Revista de Letras*, São Paulo, n. 44, v. 1, p. 97-111, 2004. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/letras/article/view/243>. Acesso em: 07 dez. 2025.

MÉRIAN, Jean-Yves. O negro na literatura brasileira versus uma literatura afro-brasileira: mito e literatura. *Navegações*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 50-60, mar. 2008. Disponível em: <https://repositorio.ulisboa.pt/handle/10451/28585>. Acesso em: 08 dez. 2012.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Altas literaturas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: Quijano, Aníbal. *Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder*. Buenos Aires: CLACSO, 2014. p. 117-142.

SANTIAGO, Silviano. Apenas uma literatura lusófona: desafios para uma historiografia literária além do cânone ocidental. *Pernambuco*, Recife, n. 189, nov. 2021.

SANTIAGO, Silviano. A literatura brasileira à luz do pós-colonialismo. *Folha de S.Paulo*, Ilustríssima, 07 set. 2014. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2014/09/1511606-a-literatura-brasileira-a-luz-do-pos-colonialismo.shtml>. Acesso em: 26 jul. 2026.

SILVA, Francinaldo Pereira da; ALMEIDA, Lucélia de Sousa. Resistência em campo de batalha: a vida dos marginalizados em *Capão pecado*. *Travessias*, Cascavel, v. 14, n. 2, p. 143-161, maio/ago. 2020. Disponível em: <http://www.unioeste.br/travessias>. Acesso em: 06 dez. 2025.

SILVA, Keury Carolaine Pereira da; ASSIS, Emanuel Cesar Pires de. A violência em Capão Pecado: um olhar de dentro. In: WALTY, Ivete Lara Camargos; Moreira, Terezinha Taborda. *Violência e escrita literária*. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2020. p. 100-125.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018. (Coleção Babel).

VAZ, Sergio. Manifesto de Antropofagia Periférica. 2007. Disponível em: <https://vermelho.org.br/prosa-poesia-arte/sergio-vaz-manifesto-da-antropofagia-periferica/>. Acesso em: 28 jul. 2026.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.